

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

Valores expressos em milhares de reais

ATIVO	Notas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	9.959	3.897	13.307	17.288
Aplicações financeiras	7	14.308	1.603	19.730	3.235
Contas a receber	8	85.477	84.946	115.240	139.817
Dividendos a receber		238	238	-	-
Estoques	9	64.860	66.110	103.743	106.991
Impostos e contribuições a recuperar	10	20.027	14.543	37.944	28.186
Imposto de renda e contribuição social antecipados		-	36	1.163	1.056
Bens destinados a venda		-	15.284	-	15.284
Despesas antecipadas		1.075	1.180	1.868	1.723
Outros ativos		1.440	1.104	2.753	1.669
Total do ativo circulante		197.384	188.941	295.748	315.249
Ativo não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber		606	995	1.066	1.058
Impostos e contribuições a recuperar	10	27.880	41.055	63.866	84.008
Bens destinados a venda		9.528	-	9.738	-
Depósitos judiciais		240	237	240	237
Títulos e certificados		-	8.218	-	8.218
Outros ativos		233	527	233	738
Total do realizável a longo prazo		38.487	51.032	75.143	94.259
Propriedades para investimentos	13	2.926	2.926	2.926	2.926
Investimentos em controladas	14	104.732	130.161	-	-
Imobilizado	15	160.397	159.635	304.985	308.445
Direito de uso em arrendamento	16	6.296	8.175	8.341	9.185
Intangível	17	915	1.397	1.888	2.407
		275.266	302.294	318.140	322.963
Total do ativo não circulante		313.753	353.326	393.283	417.222
Total do ativo		511.137	542.267	689.031	732.471

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**

Valores expressos em milhares de reais (continuação)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Passivo circulante					
Fornecedores		64.604	59.962	106.572	88.566
Mútuo com controlada	11	28.621	609	-	-
Empréstimos e financiamentos	18	56.577	76.599	76.664	85.845
Cessão de recebíveis	8	50.698	59.133	79.529	102.279
Salários e obrigações sociais		17.801	10.079	29.469	18.204
Impostos e contribuições		2.380	10.178	3.807	15.915
Imposto de renda e contribuição social a pagar		844	-	808	359
Arrendamento por direito de uso	16	3.120	4.051	3.686	4.656
Dividendos propostos		-	-	41	41
Outras contas a pagar		4.840	3.855	7.477	9.803
Total do passivo circulante		229.485	224.466	308.053	325.668
Passivo não circulante					
Fornecedores		1.538	3.065	5.963	8.603
Empréstimos e financiamentos	18	100.418	104.250	150.137	147.297
Provisão para riscos	19	251	288	1.361	1.691
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26(b)	18.238	18.579	24.193	24.562
Impostos e contribuições		25.593	12.196	45.244	20.700
Arrendamento por direito de uso	16	2.337	5.237	2.591	5.825
Outras contas		2.129	1.552	2.634	3.350
Total do passivo não circulante		150.504	145.167	232.123	212.028
Patrimônio líquido	20				
Capital social		150.000	150.000	150.000	150.000
Ajuste de avaliação patrimonial		57.007	57.803	57.007	57.803
Prejuízos acumulados		(75.859)	(35.169)	(75.859)	(35.169)
Atribuível aos acionistas da controladora		131.148	172.634	131.148	172.634
Participação dos acionistas não controladores		-	-	17.707	22.141
Total do patrimônio líquido		131.148	172.634	148.855	194.775
Total do passivo e patrimônio líquido		511.137	542.267	689.031	732.471

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

Valores expressos em milhares de reais, exceto prejuízo por ação

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Receita líquida de vendas	22	379.807	399.841	618.625	677.334
Custo dos produtos vendidos	23	(305.991)	(349.740)	(514.936)	(601.200)
Lucro bruto		73.816	50.101	103.689	76.134
Receitas (despesas) operacionais					
Comerciais	23	(23.900)	(24.398)	(42.188)	(44.836)
Gerais e administrativas	23	(19.979)	(16.727)	(30.196)	(27.560)
Remuneração dos administradores	12	(1.666)	(1.803)	(3.369)	(3.646)
Outras receitas (despesas) líquidas	24	(9.793)	(8.128)	(26.797)	15.616
Equivalência patrimonial	14	(26.016)	21.452	-	-
Resultado operacional		(7.538)	20.497	1.139	15.708
Resultado financeiro	25				
Despesas financeiras		(33.065)	(43.687)	(47.284)	(59.433)
Receitas financeiras		2.501	7.704	4.650	39.896
Variações cambiais líquidas		(2.715)	(333)	(3.862)	(679)
		(33.279)	(36.316)	(46.496)	(20.216)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(40.817)	(15.819)	(45.357)	(4.508)
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	26(a)	(1.009)	(1.385)	(931)	(9.005)
Diferido	26(a)	340	(349)	368	(372)
Prejuízo líquido do exercício		(41.486)	(17.553)	(45.920)	(13.885)
Atribuível aos					
Acionistas da controladora				(41.486)	(17.553)
Participação dos não controladores				(4.434)	3.668
				(45.920)	(13.885)
Resultado básico e diluído por ação	27			(R\$ 4,15)	(R\$ 1,76)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

Valores expressos em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Prejuízo líquido do exercício	(41.486)	(17.553)	(45.920)	(13.885)
Outros resultados abrangentes:	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(41.486)	(17.553)	(45.920)	(13.885)
Resultado abrangente atribuível a:				
Acionistas da controladora	-	-	(41.486)	(17.553)
Participação dos não controladores	-	-	(4.434)	3.668
Resultado abrangente do exercício	(41.486)	(17.553)	(45.920)	(13.885)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais

	Atribuível aos acionistas da controladora				Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de lucros Prejuízos acumulados	Total		
Em 31 de dezembro de 2018	150.000	59.014	(18.827)	190.187	18.514	208.701
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(41)	(41)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(17.553)	(17.553)	3.668	(13.885)
Realização do ajuste do custo atribuído	-	(1.260)	1.260	-	-	-
Realização do ajuste do custo atribuído em controladas	-	49	(49)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2019	150.000	57.803	(35.169)	172.634	22.141	194.775
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(41.486)	(41.486)	(4.434)	(45.920)
Realização do ajuste do custo atribuído	-	(827)	827	-	-	-
Realização do ajuste do custo atribuído em controladas	-	31	(31)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2019	150.000	57.007	(75.859)	131.148	17.707	148.855

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

Valores expressos em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	(40.817)	(15.819)	(45.357)	(4.508)
Ajustes				
Depreciação e amortização	11.503	13.602	17.839	20.343
Resultado na venda de bens do imobilizado	(8.044)	112	(8.351)	(288)
Equivalência patrimonial	26.016	(21.452)	-	-
Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa - PECLD	2.441	1.195	5.348	2.321
Lucros não realizados em operações descendentes (<i>downstream</i>)	(587)	34	-	-
Realização de ajuste a valor justo de imobilizado	(3.097)	-	(3.097)	-
Juros, variações cambiais e monetárias sobre empréstimos, provisão para riscos	33.279	36.316	46.496	20.216
Provisão para contingência	(27)	89	(371)	339
Ajuste de estoque a valor de mercado	(631)	201	(638)	(146)
Variação nos ativos e passivos				
Ativos Financeiros	(12.614)	-	(12.604)	-
Contas a receber	(933)	3.667	23.836	16.211
Estoques	1.881	(3.829)	3.811	(3.773)
Tributos a receber	(810)	1.226	(1.043)	(34.902)
Partes relacionadas	27.419	(13.941)	-	-
Outros ativos	5.869	1.433	4.822	2.681
Fornecedores	(5.038)	8.402	630	19.777
Salários e encargos sociais	9.368	627	26.938	1.694
Tributos a pagar	9.073	13.141	2.761	23.443
Títulos e certificados	8.413	4.630	8.413	4.630
Depósitos judiciais	(1.091)	(2.890)	(6.993)	855
Outros passivos	(2)	29	58	141
Caixa gerado pelas operações	61.571	26.773	62.498	69.034
Juros pagos	(19.802)	(23.506)	(26.130)	(33.674)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	41.769	3.267	36.368	35.360
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de bens do imobilizado e intangível	(6.204)	(5.454)	(7.089)	(12.878)
Aquisição de investimento	-	(225)	-	(216)
Fundo de Investimentos	-	-	(3.754)	-
Recebimento por venda de ativos imobilizados	8.699	71	8.688	33
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	2.495	(5.608)	(2.155)	(13.061)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos captados	62.155	129.540	82.238	129.038
Pagamentos de empréstimos	(91.872)	(143.862)	(97.682)	(160.352)
Cessão de recebíveis	(8.435)	11.679	(22.750)	12.553
Empréstimos (concedido a) controlada	(50)	(38)	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	(38.202)	(2.681)	(38.194)	(18.761)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	6.062	(5.022)	(3.981)	3.538
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.897	8.919	17.288	13.750
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	9.959	3.897	13.307	17.288

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

Valores expressos em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	438.871	462.874	716.428	785.039
Outras receitas	3.596	837	4.397	1.983
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.441)	(1.195)	(5.348)	(2.321)
	440.026	462.516	715.477	784.701
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo dos produtos vendidos, das mercadorias e serviços prestados	(218.959)	(247.579)	(401.112)	(458.489)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(91.371)	(111.163)	(140.414)	(125.253)
Perdas/ Recuperação de valores ativos	(3.860)	(3.618)	(4.932)	(3.711)
Variação dos estoques de produtos acabados e em elaboração	(6.215)	5.992	(2.493)	3.769
	(320.405)	(356.368)	(548.951)	(583.684)
Valor adicionado bruto	119.621	106.148	166.526	201.017
Depreciação e amortização	(11.503)	(13.602)	(17.839)	(20.343)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	108.118	92.546	148.687	180.674
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	(26.016)	21.452	-	-
Receitas financeiras	9.229	12.106	18.508	47.914
Valor adicionado total a distribuir	91.331	126.104	167.195	228.588
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos				
Remuneração direta	46.888	51.915	76.969	90.995
Benefícios	18.748	17.448	32.717	31.130
FGTS	3.549	3.839	5.781	6.648
	69.185	73.202	115.467	128.773
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	16.102	17.904	25.621	39.142
Estaduais	2.642	2.632	3.620	3.803
Municipais	1.491	838	1.890	1.087
	20.235	21.374	31.131	44.032
Remuneração de capital de terceiros				
Juros	42.631	48.513	65.512	68.723
Aluguéis	766	568	1.005	945
	43.397	49.081	66.517	69.668
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos	-	-	41	41
Lucros absorvidos	(41.486)	(17.553)	(41.486)	(17.553)
Participação dos não controladores nos lucros (prejuízos) absorvidos	-	-	(4.475)	3.627
	(41.486)	(17.553)	(45.920)	(13.885)
Valor adicionado distribuído	91.331	126.104	167.195	228.588

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira (doravante “Cedro” ou “Companhia”), com sede em Belo Horizonte, Minas Gerais, foi constituída em 2 de abril de 1883, resultado da fusão das empresas Mascarenhas & Irmãos (Fábrica do Cedro), em funcionamento desde 1872 e Mascarenhas & Barbosa (Fábrica da Cachoeira), é uma Companhia de capital aberto que tem como objetivo social a indústria têxtil e atividades afins; confecções e comercialização de produtos do vestuário, inclusive uniformes profissionais; acessórios e equipamentos de proteção individual - EPIs, destinados a segurança do trabalho; a exportação e importação de produtos ligados à sua finalidade, e o exercício de atividades agrícolas, pecuárias e de silvicultura, bem como a geração, distribuição e transmissão de energia elétrica para consumo próprio, podendo, entretanto, comercializar o excedente de energia elétrica não utilizado.

Atualmente, a Companhia exerce sua principal atividade através da operação de três fábricas instaladas no Estado de Minas Gerais e através de sua controlada Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio (doravante “Santo Antônio”), indústria têxtil instalada em Minas Gerais, na área da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, SUDENE.

A Administração considera que a concretização de operação estratégica resultou na recuperação da estrutura de capital como também na consolidação da rentabilidade em patamares sustentáveis, capazes de garantir liquidez suficiente para a operação bem como a continuidade operacional prolongada da Companhia.

A venda de ativos que não afetam diretamente a operação principal da Companhia, permanecem em entendimentos.

Na análise da geração de caixa medida pelo Ebitda, os valores positivos apresentados são R\$ 18.984 em 2020 e R\$ 36.051 em 2019 consolidado.

Avançam os trabalhos de alongamento da dívida de curto prazo, cujo resultado já é percebido no ano de 2020 e 2019.

A Administração considera que a concretização de operações estratégicas no decorrer de 2020 e 2019 resultaram não só em recuperação da estrutura de capital como também na consolidação da rentabilidade em patamares sustentáveis, capazes de garantir liquidez suficiente para a operação bem como a continuidade operacional prolongada da Companhia.

1.1 Pandemia Coronavírus (COVID-19)

Medidas de combate aos efeitos da pandemia foram tomadas no decorrer do tempo e incluíram, dentre outras, o aumento de prazo de pagamento junto aos fornecedores, intensificação de busca por operações de crédito visando à liquidez de caixa; negociação com instituições financeiras para prorrogação de vencimentos de amortizações; redução temporária da produção, com consequente redução de compras de insumos e não formação de estoques de produtos, suspensão de contratos de trabalho e redução proporcional de jornada e salários; criação de um comitê de crise.

Para preservação da saúde dos colaboradores da Companhia foram intensificadas ações higienização e protocolos de segurança e saúde em todas as instalações. O trabalho na modalidade “home office” foi implementado para as atividades administrativas e todos os empregados inclusos no grupo de risco, tiveram suas ocupações avaliadas.

O segundo trimestre foi o mais crítico da pandemia, afetando negativamente na demanda de tecidos, a produção das fábricas que chegaram a rodar a menos de 50% da capacidade total, durante o período da pandemia, gerou um custo de ociosidade no montante na Controladora de R\$11.908 (Consolidado R\$26.596) registrado em outras despesas operacionais. Em função da inadimplência de clientes, advinda da crise, foi constituída perda de R\$1.112 na Controladora e R\$2.916 no Consolidado.

2. BASES DE ELABORAÇÃO, APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e os padrões internacionais de contabilidade (“IFRS”) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (“IFRIC”), implantados no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e suas interpretações técnicas (“ICPC”) e orientações (“OCPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor, ajustadas para refletir o “custo atribuído” de edificações, benfeitorias, máquinas, equipamentos e instalações na data de transição para os CPCs, e determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data da transação.

A publicação dessas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 22 de março de 2021.

2.3. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira e suas controladas em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019.

Razão social	País sede	Participação (%)	
		Total	Votante
Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio Incorporação, Compra e Venda de Imóveis Cedro Ltda	Brasil	85,44	99,99
AGC – Armazéns Gerais Cedro Ltda	Brasil	99,00	99,00
	Brasil	98,00	98,00

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos entre a Companhia e suas controladas, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre as companhias, são eliminados por completo.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

O saldo dos resultados abrangentes é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras mesmo se resultar em saldo negativo dessas participações.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico em que a empresa atua (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, das duas principais controladas.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

São representadas por disponibilidades em moeda nacional e aplicações financeiras em títulos de renda fixa e depósitos interfinanceiros acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, cujo risco de mudança de valor justo é insignificante, sendo utilizadas pela Companhia no gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

2.5. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

2.7. Ativos financeiros

2.7.1. Classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI”); ou (iii) valor justo por meio do resultado (“FVTPL”).

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de

eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

2.7.2. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

2.7.3. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Para certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber, os ativos são avaliados coletivamente, mesmo se não apresentarem evidências de que estão registrados por valor superior ao recuperável quando avaliados de forma individual.

Evidências objetivas de redução ao valor recuperável para uma carteira de créditos podem incluir a experiência passada da Companhia e suas controladas na cobrança de pagamentos e o aumento no número de pagamentos em atraso após o período médio de 90 dias, além de mudanças observáveis nas condições econômicas nacionais ou locais relacionadas à inadimplência dos recebíveis.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo amortizado, o valor da redução ao valor recuperável registrado corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

Para ativos financeiros registrados ao custo amortizado, se em um período subsequente o valor da perda da redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável ter sido reconhecida, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado, desde que o valor contábil do investimento na data dessa reversão não exceda o eventual custo amortizado se a redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida.

2.8. Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia estão classificados como “Outros passivos financeiros”.

Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Empréstimos

Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquidos dos custos incorridos na transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*). Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é

reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos ao empréstimo.

2.9. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data de contratação e são, subsequentemente, mensurados ao seu valor justo. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de *hedge*; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de *hedge*.

2.10. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

2.11. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras, sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (Nota 25). A alíquota efetiva do imposto de renda é calculada

levando-se em conta os incentivos fiscais de imposto de renda concedido, sobre as projeções futuras de resultado.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

2.12. Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. Conforme faculdade estabelecida pelo CPC 27, a Companhia optou, na adoção inicial dos CPCs, pela atribuição de custo para terrenos, edificações, máquinas e instalações industriais. Os itens adquiridos após a data de transição são registrados pelo custo de aquisição, formação ou construção.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil estimada do ativo, às taxas descritas na Nota 15.

Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados para resultado quando incorridos.

2.13. Propriedade para investimento

As propriedades para investimento são propriedades mantidas para obter renda com aluguéis e/ou valorização do capital (incluindo imobilizações em andamento para tal propósito). As propriedades para investimento são mensuradas inicialmente ao custo, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, as propriedades para investimento são mensuradas ao valor justo. Os ganhos e as perdas resultantes de mudanças no valor justo de uma propriedade para investimento são reconhecidos no resultado do período no qual as mudanças ocorreram.

Uma propriedade para investimento é baixada após a alienação ou quando esta é permanentemente retirada de uso e não há benefícios econômicos futuros resultantes da alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do imóvel (calculado como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido no resultado do período em que o imóvel é baixado.

2.14. Ativos intangíveis

(i) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido é o valor justo dos ativos e

passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisição de controladas é registrado como “ativo intangível”. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. As perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

(ii) Marcas e patentes

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. Posteriormente, as marcas e licenças, uma vez que tem vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 15 a 20 anos.

(iii) Softwares

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os gastos de desenvolvimento e melhoria de sistemas já existentes são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

2.15. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo menos os custos para venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

2.16. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor tiver sido estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação

relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.17. Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

A receita decorrente de incentivos fiscais de ICMS (PROALMINAS), recebida na forma de ativo monetário (crédito presumido), é reconhecida no resultado do exercício ao longo do período correspondente às despesas incorridas de ICMS, objeto da compensação desses incentivos.

2.18. Destinação do lucro

A distribuição dos dividendos e juros sobre o capital próprio é registrada nas demonstrações financeiras segundo as determinações estatutárias, como um passivo. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

2.19. Informações por segmento

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que todas as decisões são tomadas em base a relatórios consolidados, que todos os produtos são produzidos na linha têxtil, que não existem gerentes que sejam responsáveis por determinado segmento e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que possui somente um segmento para divulgação: a produção e comercialização de produtos têxteis e afins para o mercado externo e interno.

2.20. Demonstração do Valor Adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e

sua distribuição durante determinado período e é apresentada como parte de suas demonstrações financeiras, conforme requerido pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

2.21. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2020

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia em períodos futuros:

- Alteração na norma IAS 16 Imobilizado

Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2022.

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros
- IFRS 16 - Arrendamentos
- Alteração na norma IAS 1 - Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, são as relacionadas ao imposto de renda e contribuição

social diferidos, estimativa de valor justo de instrumentos financeiros derivativos e provisões, as quais estão apresentadas detalhadamente em cada uma das notas explicativas.

(a) Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuro.

A Companhia realizou as projeções para recuperação dos impostos diferidos, de acordo com a Instrução CVM 371, considerando o índice atual de inflação. A análise demonstrou a recuperação dos ativos no prazo de 05 anos.

(b) Provisões para riscos

A Companhia reconhece provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Na Nota 19, encontram-se divulgados os montantes das contingências que não foram provisionados pela Companhia em função da sua avaliação de que o risco de perda seria “possível”. Caso essa avaliação seja alterada para “provável”, esses montantes teriam impacto direto no resultado da Companhia.

(c) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, de acordo

com o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações Financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a vida útil do ativo imobilizado e intangível, provisão para crédito de liquidação duvidosa, provisão para realização dos estoques, provisão para realização de créditos tributários, estimativa do valor de recuperação de ativos de vida longa, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas, determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas, no mínimo, anualmente.

(d) *Going-concern*

A Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia não identificou nenhum indicador que colocasse em risco a capacidade de operação. Diante disto, a Administração preparou as demonstrações financeiras utilizando políticas contábeis aplicáveis a empresas com continuidade de operações (*on a going-concern*), as quais não consideram quaisquer ajustes decorrentes de incertezas sobre a sua capacidade de operar de forma continuada.

(e) *Impairment*

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidências objetivas de que os ativos tenham capacidade ou não de geração de caixa no curso da sua vida útil. A Administração considera que as perdas por *impairment* sejam incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de perda e impactos nos fluxos de caixa futuros estimados no grupo de ativos que pode ser estimado de maneira confiável. Na data do balanço, não há evidências identificadas de deterioração de ativos e os critérios estão mencionadas na Nota 15.

4. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

(a) Política de gestão de riscos financeiros

A gestão dos riscos financeiros é realizada de forma a orientar em relação às transações, requerendo diversificação e seleção de contrapartes. Regularmente, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são monitoradas, com o propósito de avaliar o resultado e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

(b) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência no contas a receber.

Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

Não obstante a Controladora apresenta capital circulante líquido negativo, a gestão do risco de liquidez é realizada considerando as operações consolidadas da Companhia.

(c) Risco de mercado

Por meio de suas atividades, a Companhia fica exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de câmbio e nas taxas de juros.

(i) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A exposição das taxas de juros está sumarizada na nota de sensibilidade abaixo.

(ii) Risco de taxa de câmbio

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

A exposição cambial líquida da Companhia e de suas controladas, vinculadas, substancialmente ao dólar norte-americano, é assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	Em dólares americanos (US\$ mil)		Em dólares americanos (US\$ mil)	
	2020	2019	2020	2019
Financiamentos em moeda estrangeira (US\$ mil)	(2.719)	(2.296)	(2.719)	(2.296)
Fornecedores mercado externo (US\$ mil)	(345)	(215)	(866)	(625)
Contas a receber em moeda estrangeira (US\$ mil)	663	1.004	1.573	2.652
Depósitos em dólar (US\$ mil)	288	306	330	688
Exposição ativa (passiva) líquida (US\$ mil)	<u>(2.113)</u>	<u>(1.201)</u>	<u>(1.682)</u>	<u>419</u>

Análise de sensibilidade

Na elaboração da análise de sensibilidade para o risco da taxa de câmbio foi utilizada a cotação do dólar, disponibilizada no mercado financeiro, tendo como cenário provável o dólar cotado a R\$5,20, conforme entendimento do mercado, divulgado por meio do Boletim Focus de 08 de janeiro de 2021. Na controladora e no consolidado os cenários II e III foram calculados com deterioração de 25% e 50% na variável de risco, que no caso é a cotação futura do dólar. A análise de sensibilidade levou em consideração a exposição ativa ou passiva líquida do consolidado e da controladora, sendo que nos casos em que a exposição é ativa, a deterioração da variável de risco, nesse caso, se refere à redução da taxa do dólar, ao passo que nos casos em que a exposição é passiva, a deterioração se refere ao aumento da taxa do dólar. O cenário base foi calculado utilizando-se o dólar de fechamento em 31 de dezembro de 2020, de R\$5,1967.

	Controladora				Consolidado			
	2020				2020			
	Base	Provável	II	III	Base	Provável	II	III
Financiamentos em moeda estrangeira	(14.130)	(14.139)	(17.674)	(21.209)	(14.130)	(14.139)	(17.674)	(21.209)
Fornecedor mercado externo	(1.793)	(1.794)	(2.243)	(2.691)	(4.500)	(4.503)	(5.629)	(6.755)
Contas a receber em moeda estrangeira	3.445	3.448	4.310	5.172	8.174	8.180	10.225	12.270
Depósitos em dólar	1.497	1.498	1.873	2.247	1.715	1.716	2.145	2.574
Exposição ativa (passiva) líquida	(10.981)	(10.987)	(13.734)	(16.481)	(8.741)	(8.746)	(10.933)	(13.120)
Efeito líquido da variação cambial - perda	-	(6)	(2.753)	(5.500)	-	(5)	(2.192)	(4.379)

(d) Demais instrumentos financeiros

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos empréstimos com encargos financeiros variáveis, tais como Selic, CDI, TJLP, entre outros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia e suas controladas, com cenário mais provável, segundo avaliação efetuada pela Administração.

Para a realização da análise de sensibilidade demonstrada no quadro a seguir, a Administração utilizou como premissa os indicadores macroeconômicos vigentes por ocasião do encerramento do exercício, por entender que, devido à volatilidade de mercado, o cenário provável seria equiparado ao de 31 de dezembro de 2020, para aqueles empréstimos e financiamentos atrelados a taxas pós-fixadas, consideradas para essa análise de sensibilidade como a variável de risco. Assim, a Companhia estima no cenário provável uma Selic próxima de 2,00% e o CDI em 1,90%.

Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados a fim de apresentar 25% e 50% de valorização da variável de risco considerada, respectivamente (cenários II - possível e III - remoto). Para efeitos dessa análise de sensibilidade, foram considerados os ajustes a pagar somente das próximas datas de vencimento.

	Controladora				Consolidado			
	2020				2020			
	Valor contábil	Conforme taxa efetiva	Cenário possível 25%	Cenário remoto 50%	Valor contábil	Conforme taxa efetiva	Cenário possível 25%	Cenário remoto 50%
Empréstimos Indexador:								
100% CDI + 7,44%	(5.000)	(474)	(593)	(711)	(5.000)	(474)	(593)	(711)
155% CDI	(19.874)	(588)	(735)	(882)	(19.874)	(588)	(735)	(882)
100% CDI + 6,42%	(8.610)	(727)	(909)	(1.091)	(8.610)	(727)	(909)	(1.091)
100% SELIC + 4,30% a 11,35%	(63.438)	(6.267)	(7.834)	(9.401)	(85.607)	(8.457)	(10.571)	(12.686)
100% CDI + 4,00% a 12,68%	(34.532)	(3.622)	(4.528)	(5.433)	(43.943)	(4.610)	(5.763)	(6.915)
100% SELIC + 5,50%a.a.	(74)	(6)	(8)	(9)	(74)	(6)	(8)	(9)
100%CDI + 5,80%a.a.	(995)	(78)	(98)	(117)	(1.995)	(156)	(195)	(234)
	(132.523)	(11.762)	(14.705)	(17.644)	(165.103)	(15.018)	(18.774)	(22.528)
Aplicações Financeiras								
Indexador:								
95% SELIC	-	-	-	-	204	4	5	6
94% a 100% CDI	14.308	268	335	402	14.445	271	339	407
	14.308	268	335	402	14.649	275	344	413
Exposição líquida	(118.215)	(11.494)	(14.370)	(17.242)	(150.454)	(14.743)	(18.430)	(22.115)
(Aumento) / redução nas despesas financeiras anuais	-	-	(2.876)	(5.748)	-	-	(3.687)	(7.372)

(e) Gestão de risco de capital

O objetivo principal da Administração de capital da Companhia e suas controladas é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia e suas controladas administram a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia e suas controladas podem ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas ou emitir novas ações. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro 2020 e 2019.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia e suas controladas monitoram o capital com base nos índices de alavancagem financeira e de capital de terceiros. O índice de alavancagem financeira corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e ativos financeiros.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Empréstimos e financiamentos (nota 18)	156.995	180.849	226.801	233.142
Caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	(9.959)	(3.897)	(13.307)	(17.288)
Aplicações Financeiras (nota 7)	(14.308)	(1.603)	(19.730)	(3.235)
A - Dívida líquida	132.728	175.349	193.764	212.619
Total do patrimônio líquido	131.148	172.634	148.855	194.775
B - Capital e dívida líquida	263.876	347.983	342.619	407.394
A/B - Quociente de alavancagem (%)	50,30	50,39	56,55	52,19

(f) Estimativa do valor justo

A Companhia adota a mensuração a valor justo de determinados ativos e passivos financeiros. O valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para substancialmente a integralidade dos termos dos ativos e passivos;
- **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas apresentadas nas Demonstrações Financeiras, conforme Nível 2:

	Controladora				Consolidado			
	2020		2019		2020		2019	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Passivos financeiros								
Empréstimos e financiamentos	(156.995)	(158.278)	(180.849)	(180.659)	(226.801)	(229.665)	(233.142)	(236.444)
Cessão de Recebíveis	(50.698)	(50.982)	(59.133)	(59.547)	(79.530)	(79.975)	(102.279)	(102.995)
	(207.693)	(209.260)	(239.982)	(240.206)	(306.331)	(309.640)	(335.421)	(339.439)

Os demais saldos dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 estão registrados pelo custo contábil, os quais não diferem significativamente dos correspondentes valores de mercados estimados.

5. INSTRUMENTO FINANCEIRO POR CATEGORIA

Os instrumentos financeiros por categoria são classificados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Ativos financeiros				
Custo amortizado				
Contas a receber de clientes (nota 8)	86.083	85.941	116.306	140.875
Caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	9.959	3.897	13.307	17.288
Depósito judicial	401	388	581	620
Títulos e certificados	-	8.218	-	8.218
Dividendos a receber	238	238	238	-
Crédito partes relacionadas (nota 11)	233	183	-	-
Outras contas a receber	30	148	34	148
Aplicações financeiras ao valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	14.308	1.603	19.730	3.235
Passivos financeiros				
Custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos (nota 18)	159.332	180.849	229.392	233.142
Cessão de recebíveis	50.698	59.133	79.529	102.279
Fornecedores	66.142	63.027	112.535	97.169
Mútuo em controlada (nota 11)	28.621	609	-	-
Dividendos propostos	-	-	279	41
Outras contas a pagar	4.741	3.843	7.279	9.790

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Caixa e contas correntes bancárias	5.356	699	6.826	3.086
Numerário em moeda estrangeira	1.498	1.188	1.717	2.678
Bancos contas vinculadas	3.105	2.010	4.764	11.524
	9.959	3.897	13.307	17.288

Os numerários provenientes das receitas de exportações são mantidos em moeda estrangeira aguardando o momento oportuno para conversão, portanto sujeito ao risco cambial.

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Certificado de depósitos bancários - CDB	14.308	1.603	14.445	1.737
Fundo de investimento	-	-	5.285	1.498
	14.308	1.603	19.730	3.235

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a operações vinculadas a empréstimos financeiros, negociáveis e com alta liquidez no mercado. As aplicações em CDB de liquidez imediata possuem rentabilidade próxima à variação de 90% a 102% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário e as aplicações lastreadas em Debêntures rendem 100% do CDI. Os valores apresentados incluem rendimentos incorridos até a data do balanço e no resgate antecipado não haverá cobrança de encargos pela liquidação. O valor a ser resgatado é equivalente ao valor aplicado mais os rendimentos até o momento do resgate.

Os fundos de investimento são aplicações preponderantemente em títulos públicos que procura acompanhar a variação do CDI.

Todavia, tais aplicações não atendem a todos os critérios para serem registrados como equivalentes de caixa.

8. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Cliente no país	89.546	94.835	122.989	155.839
Cliente no exterior	3.445	4.047	8.174	10.689
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.908)	(12.941)	(14.857)	(25.653)
	86.083	85.941	116.306	140.875
Parcela curto prazo	85.477	84.946	115.240	139.817
Parcela longo prazo	606	995	1.066	1.058
	86.083	85.941	116.306	140.875

A composição das contas a receber é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
A vencer	81.544	82.367	106.711	127.418
Vencidos				
Até 30 dias	1.336	1.575	2.886	3.546
Entre 31 e 60 dias	262	436	407	1.208
Entre 61 e 90 dias	224	254	264	318
Acima de 90 dias	9.625	14.250	20.895	34.038
	92.991	98.882	131.163	166.528

A movimentação na provisão para crédito de liquidação duvidosa foi como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Saldo no início do exercício	(12.941)	(13.289)	(25.653)	(26.801)
Adições (Nota 23)	(2.441)	(1.195)	(5.348)	(2.321)
Baixas líquidas de reversão	8.474	1.543	16.144	3.469
Saldo no final do exercício	(6.908)	(12.941)	(14.857)	(25.653)

Durante o exercício de 2020 a Companhia realizou operações de cessão de recebíveis junto a fundos de investimentos em direitos creditórios (FIDCs) multicedentes, no valor contábil de R\$50.698 (R\$59.133 em 2019) na controladora e R\$79.529 (R\$102.279 em 2019) no consolidado. Se os recebíveis não forem pagos no vencimento, o fundo poderá solicitar a Companhia a recompra do título não liquidado. Como os riscos e benefícios relevantes desses recebíveis não foram transferidos, a Companhia reconheceu o caixa recebido na transferência como passivo na rubrica de Cessão de Recebíveis.

9. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Produtos acabados	18.633	27.133	23.585	36.067
Produtos em processo	20.665	18.380	45.587	35.598
Matérias-primas	14.654	9.206	18.872	20.140
Materiais auxiliares	8.413	10.222	11.852	13.054
Importações em andamento	2.745	2.310	3.487	2.567
Estoque consignado	812	553	1.654	1.497
Provisão para perdas em estoque	(1.062)	(1.694)	(1.294)	(1.932)
	64.860	66.110	103.743	106.991

A movimentação na provisão para perdas no estoque foi como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Saldos no início do exercício	(1.694)	(1.493)	(1.932)	(2.078)
Adições	(70)	(307)	(180)	(331)
Reversão / baixas	702	106	818	477
Saldos no final do exercício	(1.062)	(1.694)	(1.294)	(1.932)

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Circulante				
ICMS - operações mercantis (i)	1.283	1.318	1.448	2.084
ICMS - aquisição de imobilizado	543	485	607	535
Impostos sobre vendas em trânsito	706	168	1.519	695
PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS na base de cálculo (ii) - notas 24 e 25	13.203	10.244	27.283	21.369
PIS e COFINS - Créditos a recuperar	3.749	1.684	5.314	2.211
Impostos a recuperar – REFIS IV	249	249	249	249
Outros	294	395	1.524	1.043
	20.027	14.543	37.944	28.186
Não circulante				
PIS e COFINS – Créditos a recuperar	293	417	392	468
ICMS - aquisição de imobilizado	467	761	563	846
PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS na base de cálculo (ii) - notas 24 e 25	27.104	39.744	62.691	82.362
Outros	16	133	220	332
	27.880	41.055	63.866	84.008

(i) O crédito de ICMS em operações mercantis é considerado pela Administração como realizável no curso normal dos negócios complementado por medidas adicionais de realização. A classificação no ativo circulante reflete o prazo esperado de realização, segundo as projeções de operações futuras da Companhia e suas controladas.

(ii) Transitou em julgado em 13 de dezembro de 2018 ação proposta pela Companhia em 2006 contra a Fazenda Nacional (União) pleiteando a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Em 23 de abril de 2019 transitou em julgado as ações das controladas, Cedronorte e Santo Antônio. Os créditos fiscais tiveram o diferimento dos pedidos de habilitação através de Despachos Decisórios emitidos pelas Delegacias da Receitas Federal, para compensação com débitos de origem fazendárias. O valor histórico do crédito apurado pela Companhia em 2018 foi de R\$39.470, nas controladas em 2019 foi de R\$40.354, lançados em outras receitas operacionais (nota 24), a atualização monetária lançada em receitas financeiras (nota 25) foi registrada em 2018 de R\$32.610, em 2019 R\$36.503.

11. PARTES RELACIONADAS – CONTROLADORA

Os direitos e obrigações de operações mercantis entre partes relacionadas possuem prazos de 90 dias para recebimento e liquidação podendo ser antecipado conforme fluxo de caixa das empresas. As transações são efetuadas em condições negociadas entre a controladora e suas controladas.

Os contratos de mútuo existentes entre as empresas foram remunerados à variação de 100% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário acrescidos de um *spread* de 5%, com vigência para 360 dias, todos podendo ser amortizados em prazo inferior para maximizar o fluxo de caixa das empresas. As operações de curto prazo, conta corrente, não são remuneradas e são liquidadas em curtíssimo prazo.

A Companhia e sua controlada são mantenedoras da Associação Cedro Cachoeira, instituição de fins assistenciais, culturais e recreativos sem qualquer objetivo de lucro, sendo que as despesas e contribuições acumuladas no ano de 2020 totalizaram o valor de R\$ 41 (controladora) e R\$ 91 (consolidado), no ano de 2019 as despesas foram R\$ 106 (controladora) e R\$ 252 (consolidado).

Os principais saldos e transações da Companhia com partes relacionadas são os seguintes:

	Santo Antônio		Mineração Cedrense	
	2020	2019	2020	2019
Saldos				
Contas a receber	19.876	14.646	145	145
Fornecedores	(1.230)	(12.492)	-	-
Mútuo ativo (passivo)	(28.621)	(609)	-	-
Dividendo a receber	238	238	-	-
Transações				
Compras	(8.969)	(15.000)	-	-
Vendas	40.593	55.362	-	-
Receitas financeiras	48	24	-	-
Despesas financeiras	(641)	(1.190)	-	-

12. REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Remuneração do conselho e diretoria	1.666	1.803	3.369	3.646

13. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

O principal ativo presente na rubrica refere-se a imóvel de 20.153m² localizado no município de Sete Lagoas-MG, está avaliado a valor justo em R\$2.925 em 31 de dezembro de 2020 (R\$2.925 em 2019). O método adotado para a avaliação do terreno consiste no método comparativo, através do confronto de dados de mercado, por entenderem como o mais indicado para o caso presente. O método é comparativo, porquanto a pesquisa de mercado realizada foi dirigida no sentido da apuração de valores médios, unitários básicos, praticados e/ou propostos para terrenos semelhantes e/ou comparáveis ao objeto de avaliação, quanto a sua localização e situação, sua topografia, seus serviços públicos essenciais, suas medidas e áreas, com destaque para o grau de aproveitamento dos mesmos, dentre outros fatores secundários, os quais pudessem vir a influir, direta ou indiretamente, na valorização ou desvalorização dos terrenos avaliados.

14. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio - Sociedade anônima de capital fechado foi constituída em 12 de janeiro de 1989 e inaugurada em 06 de dezembro de 1997. Instalada na área mineira da Sudene goza de incentivo fiscal de redução do imposto de renda, 75% sobre o lucro da exploração, até o exercício de 2027.

Incorporação, Compra e Venda de Imóveis Cedro Ltda – sociedade iniciada em 30/11/2018 com o capital social integralizado de R\$10.000,00 dividido em 100 quotas no valor nominal de R\$100,00, sendo 99 quotas da Cedro Cachoeira.

AGC – Armazéns Gerais Cedro Ltda – sociedade iniciada em 17/12/2018 com capital social integralizado de R\$50.000,00 dividido em 50 quotas no valor nominal R\$1.000,00, sendo 49 quotas da Cedro e Cachoeira.

As principais informações sobre as participações em empresa controlada em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 são sumarizadas como segue:

Informações das controladas

	Santo Antônio	
	2020	2019
Milhares de ações possuídas pela Companhia		
Ordinárias - sem valor nominal	610.920	610.920
Preferenciais - sem valor nominal	243.440	243.440
Participação da Companhia		
No capital social integralizado	85,435%	85,435%
No capital votante	100,00%	100,00%
Patrimônio líquido	121.573	152.018
Lucros não realizados em operações ascendentes (<i>Upstream</i>) ⁽³⁾	(141)	(136)
Patrimônio Líquido ajustado	121.432	151.882
Lucros não realizados em operações descendentes (<i>Downstream</i>) ⁽³⁾	97	(490)
Saldo do investimento	103.842	129.271
Lucro líquido do período/exercício ⁽²⁾⁽¹⁾	(30.445)	25.187
Lucros não realizados - venda para a controladora	(6)	(78)
(Prejuízo) Lucro líquido ajustado ⁽³⁾	(30.451)	25.109
Equivalência total	(26.016)	21.452

⁽¹⁾ corresponde ao período de 12 meses.

⁽²⁾ corresponde ao período de 12 meses.

⁽³⁾ Equivalência da Santo Antônio com 100% das operações descendentes e 85,435% das operações ascendentes.

Movimentação do investimento

	Santo Antônio
Saldos em 31 de dezembro de 2018	108.283
Resultados não realizados em operações descendentes (<i>Downstream</i>)	(226)
Dividendos mínimos obrigatórios	(238)
Equivalência patrimonial	21.452
Saldos em 31 de dezembro de 2019	129.271
Resultados não realizados em operações descendentes (<i>Downstream</i>)	587
Equivalência patrimonial	(26.016)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	103.842

Composição dos investimentos

	2020	2019
Equivalência patrimonial	103.842	129.271
Ágio	834	834
Outros investimentos	56	56
Saldos	104.732	130.161

O sumário da demonstração financeira da controlada que possui participação de acionistas não controladores, encerradas em 31 dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 estão assim apresentados:

Balanco Patrimonial	2020	2019	Demonstração de Resultado	2020	2019
Participação da Controladora	85,435%	85,435%	Receita Líquida de		
Ativo Circulante	136.176	161.466	Vendas	275.793	339.627
			Lucro Bruto	29.879	26.120
Ativo Não Circulante	212.050	193.833	Receitas (Despesas)		
			Operacionais	(47.212)	(9.370)
Passivo Circulante	145.034	136.420	Resultado		
Passivo Não Circulante	81.619	66.861	Financeiro	(13.217)	16.100
			IRPJ/CSLL	105	(7.663)
Patrimônio Líquido	121.573	152.018	Lucro (Prejuízo)		
			líquido	(30.445)	25.187

15. IMOBILIZADO

Controlada

	Edificações e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos, móveis e utensílios	Estoque de peças	Terrenos	Obras em andamento	Total
Custo ou avaliação							
Em 31 de dezembro de 2018	82.227	233.467	19.773	-	39.455	5.921	380.843
Adições	-	-	-	1.420	-	3.914	5.334
Alienações e baixas	(23)	(1.831)	(80)	-	-	-	(1.934)
Transferências	49	7.283	50	-	-	(7.382)	-
Em 31 de dezembro de 2019	82.253	238.919	19.743	1.420	39.455	2.453	384.243
Adições	-	-	-	287	-	5.569	5.856
Reversão de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	3.097	-	3.097
Alienações e baixas	-	(516)	(5.658)	-	-	-	(6.174)
Transferências	330	1.499	9	-	-	(1.838)	-
Em 31 de dezembro de 2020	82.583	239.902	14.094	1.707	42.552	6.184	387.022
Depreciação acumulada							
Em 31 de dezembro de 2018	(39.335)	(161.119)	(16.270)	-	-	-	(216.724)
Depreciação	(2.567)	(5.559)	(1.509)	-	-	-	(9.635)
Alienações e baixas	12	1.663	76	-	-	-	1.751
Em 31 de dezembro de 2019	(41.890)	(165.015)	(17.703)	-	-	-	(224.608)
Depreciação	(2.312)	(5.045)	(180)	-	-	-	(7.537)
Alienações e baixas	-	427	5.093	-	-	-	5.520
Em 31 de dezembro de 2020	(44.202)	(169.633)	(12.790)	-	-	-	(226.625)
Valor residual líquido							
Em 31 de dezembro de 2020	38.381	70.269	1.304	1.707	42.552	6.184	160.397
Em 31 de dezembro de 2019	40.363	73.904	2.040	1.420	39.455	2.453	159.635

Consolidado

	Edificações e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos, móveis e utensílios	Estoque de peças	Terrenos	Obras em andamento	Total
Custo ou avaliação							
Em 31 de dezembro de 2018	147.418	414.722	23.060	-	51.116	10.947	647.263
Adições	-	-	-	2.347	-	10.732	13.079
Alienações e baixas	(23)	(4.076)	(80)	-	-	1.055	(3.124)
Transferências	57	9.486	149	-	-	(9.692)	-
Em 31 de dezembro de 2019	147.452	420.132	23.129	2.347	51.116	13.042	657.218
Adições	-	-	-	202	-	6.586	6.788
Reversão de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	3.097	-	3.097
Alienações e baixas	-	(3.587)	(5.661)	-	-	706	(8.542)
Transferências	556	11.192	14	-	-	(11.762)	-
Em 31 de dezembro de 2020	148.008	427.737	17.482	2.549	54.213	8.572	658.561
Depreciação acumulada							
Em 31 de dezembro de 2018	(59.605)	(257.965)	(19.030)	-	-	-	(336.600)
Depreciação	(3.778)	(10.173)	(1.601)	-	-	-	(15.552)
Alienações e baixas	12	3.291	76	-	-	-	3.379
Em 31 de dezembro de 2019	(63.371)	(264.847)	(20.555)	-	-	-	(348.773)
Depreciação	(3.503)	(9.244)	(262)	-	-	-	(13.009)
Alienações e baixas	-	3.111	5.095	-	-	-	8.206
Em 31 de dezembro de 2020	(66.874)	(270.980)	(15.722)	-	-	-	(353.576)
Valor residual líquido							
Em 31 de dezembro de 2020	81.134	156.757	1.760	2.549	54.213	8.572	304.985
Em 31 de dezembro de 2019	84.081	155.285	2.574	2.347	51.116	13.042	308.445

Custos de empréstimo capitalizados

Em 31 de dezembro de 2020, foram capitalizados R\$123 (R\$91 em 2019), na controladora e R\$631 (R\$593 em 2019) no consolidado. A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimos capitalizados foi de 0,56% a.m., que representa a taxa efetiva média dos empréstimos.

Revisão das vidas úteis

Engenheiros e técnicos têxteis da Companhia elaboraram laudo de revisão de vida útil dos bens, consideraram o planejamento operacional da Companhia para os próximos exercícios, antecedentes internos, como o nível de manutenção e utilização dos itens, recomendações e manuais de fabricantes e taxa de vivência dos bens.

A estimativa de vida útil remanescente dos itens do imobilizado está demonstrada no quadro a seguir:

Itens do imobilizado	Taxa anual de depreciação (%)	
	2020	2019
Edificações e benfeitorias	4,24	4,40
Máquinas, equipamentos e instalações	5,92	6,52
Veículos, móveis e utensílios	12,09	48,49

Perda (*impairment*) estimada de ativos de vida longa

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado e outros ativos intangíveis. Na data de cada demonstração financeira, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil.

Quando o valor residual de um ativo exceder seu montante recuperável, a Companhia deverá reconhecer uma redução no saldo destes ativos.

Para os ativos registrados ao custo, a redução no montante recuperável pode ser registrada no resultado do ano. Se o montante recuperável do ativo não puder ser determinado individualmente, o montante recuperável dos segmentos de negócio para o qual o ativo pertence é analisado.

Em 31 de dezembro de 2020 o teste de *impairment* foi realizado de acordo com a norma contábil CPC 01 (R1) pelo montante do ativo imobilizado.

A metodologia utilizada para os cálculos de *impairment* foi a de fluxo de caixa

descontado. Os testes consistem na análise da rentabilidade dos investimentos, avaliando os resultados apurados das investidas e as projeções de orçamentos dos anos futuros disponibilizados pela administração da Companhia.

Na elaboração dos testes do valor recuperável dos ativos da Companhia e de sua controlada, Cia. de Fiação e Tecidos Santo Antônio, são consideradas premissas de crescimento de receita específicas por empresas de acordo com a realidade de demanda dos seus mercados. Essas premissas de crescimento de receita em 2020 foram projetadas para os anos de 2021 a 2024, embasadas nas iniciativas presentes no plano de negócios, considerando: i) atualização constante do seu mix de produtos; ii) aumento do volume de produção, principalmente no segmento de tecidos profissionais. As expectativas de crescimento das receitas foram bastantes conservadoras, considerando que para o período da projeção colocamos estimativas de produções anuais abaixo da capacidade total instalada, inclusive não atinge os patamares alcançados em 2014.

A Companhia entende que, mesmo atuando em mercado muito competitivo, inclusive com concorrentes asiáticos pode apresentar performances distintas devido às suas características individuais, tais como: estágio de maturação do parque industrial, aperfeiçoamento de sua mão de obra, custo de logística e energia elétrica.

Em relação ao preço médio de vendas, custos fixos e despesas, foi considerado um crescimento com base na taxa de inflação - IPCA ao ano. Uma vez que a maior parte dos insumos, mão de obra, serviços de manutenção e serviços de terceiros são reajustados de acordo com índices de inflação, essa premissa reflete a realidade do crescimento de custos da empresa.

Desta forma, a Companhia entende que ela e sua controlada submetidas ao teste de *impairment* terão melhoria de sua rentabilidade para os próximos anos, combinando as ações de aumento de receita e diluição de custos.

A taxa de desconto utilizada foi calculada com base em:

- CAPM (*Capital Asset Pricing Model*) para o cálculo do custo de capital próprio;
- Expectativa de mercado para a Selic média, acrescida de prêmio de risco para cálculo do capital de terceiros;
- Ponderação entre participação do capital próprio e o de terceiros no capital total, partindo da situação atual e aproximando-se à média de mercado (setor) ao longo do tempo.

16. ARRENDAMENTO MERCANTIL

(a) Movimentação do ativo de direito de uso

	Controladora						
	Edificações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Equipamentos de informática	Direito de uso de licença	Leasing	Total
Custo							
Em 01 de janeiro de 2019	2.681	749	369	488	-	-	4.287
Adições	4.647	396	678	296	1.265	-	7.282
Baixas	-	(143)	(369)	(44)	-	-	(556)
Em 31 de dezembro de 2019	<u>7.328</u>	<u>1.002</u>	<u>678</u>	<u>740</u>	<u>1.265</u>	<u>-</u>	<u>11.013</u>
Adições	-	21	43	-	-	1.531	1.595
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2020	<u>7.328</u>	<u>1.023</u>	<u>721</u>	<u>740</u>	<u>1.265</u>	<u>1.531</u>	<u>12.608</u>
Depreciação acumulada							
Em 01 de janeiro de 2019	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	(1.874)	(552)	(486)	(277)	(205)	-	(3.394)
Baixas	-	143	369	44	-	-	556
Em 31 de dezembro de 2019	<u>(1.874)</u>	<u>(409)</u>	<u>(117)</u>	<u>(233)</u>	<u>(205)</u>	<u>-</u>	<u>(2.838)</u>
Adições	(1.910)	(363)	(422)	(216)	(410)	(153)	(3.474)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2020	<u>(3.784)</u>	<u>(772)</u>	<u>(539)</u>	<u>(449)</u>	<u>(615)</u>	<u>(153)</u>	<u>(6.312)</u>
Valor residual líquido							
Em 31 de dezembro de 2020	<u>3.544</u>	<u>251</u>	<u>182</u>	<u>291</u>	<u>650</u>	<u>1.378</u>	<u>6.296</u>
Em 31 de dezembro de 2019	<u>5.454</u>	<u>593</u>	<u>561</u>	<u>507</u>	<u>1.060</u>	<u>-</u>	<u>8.175</u>

	Consolidado						
	Edificações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Equipamentos de informática	Direito de uso de licença	Leasing	Total
Custo							
Em 01 de janeiro de 2019	2.681	1.179	408	505	-	-	4.773
Adições	4.647	1.364	937	412	1.265	-	8.625
Baixas	-	(480)	(409)	(61)	-	-	(950)
Em 31 de dezembro de 2019	7.328	2.063	936	856	1.265	-	12.448
Adições	-	177	210	-	-	3.070	3.457
Baixas	-	(136)	(154)	-	-	-	(290)
Em 31 de dezembro de 2020	7.328	2.104	992	856	1.265	3.070	15.615
Depreciação acumulada							
Em 01 de janeiro de 2019	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	(1.874)	(1.101)	(683)	(350)	(205)	-	(4.213)
Baixas	-	480	409	61	-	-	950
Em 31 de dezembro de 2019	(1.874)	(621)	(274)	(289)	(205)	-	(3.263)
Adições	(1.910)	(754)	(640)	(280)	(410)	(307)	(4.301)
Baixas	-	136	154	-	-	-	290
Em 31 de dezembro de 2020	(3.784)	(1.239)	(760)	(569)	(615)	(307)	(7.274)
Valor residual líquido							
Em 31 de dezembro de 2020	3.544	865	232	287	650	2.763	8.341
Em 31 de dezembro de 2019	5.454	1.442	662	567	1.060	-	9.185

(b) Passivos de arrendamento reconhecidos pelo valor presente dos

pagamentos e evidenciação da taxa de desconto

Tipo de arrendamento	Controladora		Consolidado	
	Taxa média incremental	Saldo em 31/12/2020	Taxa média incremental	Saldo em 31/12/2020
Locação de imóveis	8,90%	4.532	8,90%	4.532
Locação de máquinas e equipamentos	7,79%	11	8,23%	777
Locação de veículos	8,24%	147	8,14%	193
Locação de equipamentos de informática	8,99%	289	9,09%	297
Locação de direito de uso de licença	8,73%	478	8,73%	478
		5.457		6.277
Parcela curto prazo		3.120		3.686
Parcela longo prazo		2.337		2.591
		5.457		6.277

17. INTANGÍVEL

Custo	Controladora			Consolidado			
	Vida útil definida		Total	Vida útil indefinida	Vida útil definida		Total
	Marcas e patentes	Softwares e licenças		Ágio	Marcas e patentes	Softwares e licenças	
Em 31 de dezembro de 2018	1.333	12.434	13.767	1.592	2.142	16.423	20.157
Adições	-	211	211	-	-	392	392
Em 31 de dezembro de 2019	1.333	12.645	13.978	1.592	2.142	16.815	20.549
Adições	-	10	10	-	-	10	10
Em 31 de dezembro de 2020	1.333	12.655	13.988	1.592	2.142	16.825	20.559
Amortização acumulada							
Em 31 de dezembro de 2018	(1.331)	(10.677)	(12.008)	(758)	(2.140)	(14.666)	(17.564)
Amortização	(2)	(571)	(573)	-	(2)	(576)	(578)
Em 31 de dezembro de 2019	(1.333)	(11.248)	(12.581)	(758)	(2.142)	(15.242)	(18.142)
Amortização	-	(492)	(492)	-	-	(529)	(529)
Em 31 de dezembro de 2020	(1.333)	(11.740)	(13.073)	(758)	(2.142)	(15.771)	(18.671)
Valor residual líquido							
Em 31 de dezembro de 2020	-	915	915	834	-	1.054	1.888
Em 31 de dezembro de 2019	-	1.397	1.397	834	-	1.573	2.407

Os ativos intangíveis com vida útil definida são representados por marcas e patentes e direitos de utilização de software adquiridos junto a empresas especializadas, por programas adaptados para uso da Companhia baseados em softwares existentes no mercado. A amortização é calculada de forma linear em 10 e 5 anos, respectivamente.

18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Moeda / indexador	Vencime nto final	Encargos financeiros anuais (%)	Controladora			
				31/12/2020		31/12/2019	
				Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Leasing - arrendamento mercantil	R\$	2025	100% CDI + 5,80%	230	765	-	-
Cédula de Crédito Industrial - Finame PSI	R\$	2023	Taxa fixa 2,50% a 3,50%	281	408	781	733
Mútuo - Acionistas	R\$	2020	140,00% CDI	-	-	1.032	-
Cédula de Crédito à Exportação - Cap. Giro	R\$	2023	100,00% CDI + 6,42%	2.963	5.647	2.482	8.594
Cédula de Crédito Bancário - Cap. Giro	R\$	2024	100,00% SELIC + 4,30% a 11,35%	7.422	56.016	3.723	59.145
Cédula de Crédito Bancário - Cap. Giro	R\$	2024	100,00% CDI + 4,00% a 12,68%	12.850	21.682	16.931	12.272
Cédula de Crédito Bancário - Cap. Giro	R\$	2023	155,00% CDI	6.464	13.410	5.248	19.858
Cédula de Crédito Bancário - Cap. Giro	R\$	2023	Taxa fixa 7,96% a 52,51%	4.663	2.490	21.417	3.648
Letra de Câmbio - Cap. Giro	R\$	2020	Taxa fixa 18,16%	-	-	731	-
ACC - Adiant. de contrato de câmbio	US\$	2020	Taxa fixa 3,65 a 4,90%	14.130	-	9.254	-
Conta Garantida	R\$	2022	Taxa fixa 14,10%	2.500	-	-	-
Cédula de Crédito Industrial - Finame PSI	R\$	2021	Selic + 5,50%	74	-	-	-
Conta Garantida	R\$	2020	100% CDI + 7,44%	5.000	-	15.000	-
				56.577	100.418	76.599	104.250

Modalidade	Moeda / indexador	Vencimento final	Encargos financeiros anuais (%)	Consolidado			
				31/12/2020		31/12/2019	
				Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Leasing - arrendamento mercantil	R\$	2025	100% CDI + 5,80%	461	1.534	-	-
Cédula de Crédito Industrial - Finame PSI	R\$	2023	Taxa fixa 2,50% a 5,50%	514	873	1.115	1.430
Cédula de Crédito Industrial - Finame PSI	R\$	2021	Selic + 5,50%	74	-	-	-
Cédula de Crédito Industrial - FNE	R\$	2026	Taxa fixa 8,50%	3.452	14.257	2.631	14.722
Mútuo - Acionistas Cédula de Crédito à Exportação - Cap. Giro	R\$	2020	140,00% CDI	-	-	1.032	-
	R\$	2023	100,00% CDI + 6,42%	2.963	5.647	2.482	8.594
Cédula de Crédito Bancário - Cap. Giro	R\$	2024	100,00% SELIC + 4,30% a 11,35%	9.525	76.082	4.453	80.089
Cédula de Crédito Bancário - Cap. Giro	R\$	2023	100,00% CDI + 4,00% a 12,68%	17.293	26.650	22.482	18.956
Cédula de Crédito Bancário - Cap. Giro	R\$	2023	155,00% CDI	6.464	13.410	5.248	19.858
Cédula de Crédito Bancário - Cap. Giro	R\$	2023	Taxa fixa 7,96% a 52,51%	4.663	2.490	21.417	3.648
Cédula de Crédito Bancário - Cap. Giro	R\$	2024	Taxa fixa 8,86% a 13,89%.	7.536	9.194	-	-
Letra de Câmbio - Cap. Giro	R\$	2020	Taxa fixa 18,16%	-	-	731	-
ACC - Adiant. de contrato de câmbio	US\$	2020	Taxa fixa 3,65 a 4,90%	14.130	-	9.254	-
Conta Garantida	R\$	2022	Taxa fixa 14,10%	4.589	-	-	-
Conta Garantida	R\$	2021	100% CDI + 7,44%	5.000	-	15.000	-
				76.664	150.137	85.845	147.297

(¹) PSI - Programa BNDES de Sustentação do Investimento.

(²) FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste.

As parcelas do passivo não circulante em 31 de dezembro de 2020 e 2019, incluindo os juros futuros até a data contratual de pagamento, vencem como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
2021	-	34.279	-	46.019
2022	48.678	40.074	72.136	54.306
2023	41.550	31.371	59.683	45.358
2024 a 2026	21.241	19.626	34.799	30.634
	111.469	125.350	166.618	176.317

A Companhia presta aval a financiamentos de suas controladas, no montante de R\$ 56.480 (R\$ 40.304 em 2019). Os financiamentos são garantidos por notas promissórias e bens do imobilizado no valor contábil consolidado de R\$ 158.950 (R\$ 171.904 em 2019).

Covenants

Dois contratos de empréstimos e financiamentos contratados pela Cedro e um da controlada Santo Antônio possuem cláusulas restritivas de vencimento antecipado não financeiras que contemplam, dentre elas: (a) questões relacionadas ao não atendimento das garantias dadas nos empréstimos; (b) alteração do Objeto Social da Companhia ou de qualquer um das garantidoras, exceto se devidamente comunicado ao credor; (c) a incorporação, fusão ou cisão da Cedro; (d) encerramento das atividades da Companhia, pedido ou decretação de falência, insolvência civil ou recuperação extrajudicial que não seja devidamente elidida no prazo legal; (e) questões relacionadas à inadimplência dos valores devidos.

Em 2019 a Companhia atendeu a todos os *covenants* contratuais aos quais está sujeita, tanto os *covenants* contábeis (financeiros), quanto os *covenants* não contábeis (não financeiros) foram satisfeitos. Diante do cumprimento das obrigações assumidas, não houve exigência de pagamento antecipado ou qualquer alteração nos termos inicialmente pactuados nos empréstimos e financiamentos contratados.

19. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para contingências trabalhistas e tributárias para as quais é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Companhia revisou suas estimativas e considerou as provisões existentes suficientes para cobrir eventuais perdas relacionadas a estes processos.

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas apresentavam os seguintes passivos e os correspondentes depósitos judiciais relacionados a riscos:

	Controladora				Consolidado			
	Tributárias	Trabalhistas	Depósitos Judiciais	Líquido	Tributárias	Trabalhistas	Depósitos Judiciais	Líquido
Saldo em 31/12/2018	99	251	(175)	175	840	896	(517)	1.219
Adições - Provisão	3	438	-	441	26	1.161	11	1.198
Baixas - Reversão e pagamento	(102)	(250)	29	(323)	(102)	(748)	132	(718)
Atualizações	-	-	(5)	(5)	-	-	(8)	(8)
Saldo em 31/12/2019	-	439	(151)	288	764	1.309	(382)	1.691
Adições - Provisão	-	-	(45)	(45)	11	117	(552)	(424)
Baixas - Reversão e pagamento	-	(27)	43	16	-	(499)	610	111
Atualizações	-	-	(8)	(8)	-	-	(17)	(17)
Saldo em 31/12/2020	-	412	(161)	251	775	927	(341)	1.361

Tributárias

PIS e Cofins

Com o trânsito em julgado em 13 de dezembro de 2018 ação proposta pela Companhia em 2006 contra a Fazenda Nacional (União) pleiteando a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. A Administração decidiu baixar a contingência e providenciar o levantamento dos depósitos judiciais.

Outras demandas judiciais

Encontram-se também em andamento ações indenizatórias de natureza tributária, cível e trabalhista movidas contra a Companhia e suas controladas, que, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia e de suas controladas, deverão ser julgadas improcedentes. Destas ações, aproximadamente R\$ 16.489 na controladora (R\$ 18.836 no consolidado) tem seu desfecho considerável possível, para as quais não foi constituída uma provisão. Destes valores, R\$ 418 na controladora (R\$ 738 no consolidado) referem-se a ações de natureza trabalhista. Ações de natureza fiscal (Imposto Territorial Rural - ITR, Contribuições previdenciárias sobre participação nos lucros e Imposto sobre o Lucro Líquido - ILL) montam em R\$ 15.240 na controladora (R\$ 17.096 no consolidado). As ações de natureza cível são referentes a danos materiais, lucros cessantes e ações de caráter indenizatório no montante de R\$ 831 na controladora (R\$ 1.002 no consolidado).

Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são aqueles que se promovem em juízo em conta bancária vinculada a processo judicial, sendo realizado em moeda corrente com o intuito de garantir a liquidação de potencial futura obrigação. Os depósitos judiciais só podem ser movimentados mediante ordem judicial.

Os depósitos são atualizados monetariamente de acordo com as regras específicas

de cada tribunal e, como são utilizados como garantia, podem ser levantados pela parte vencedora. Assim, se a Companhia não obtiver êxito no processo, os valores depositados serão convertidos em renda da Fazenda Pública ou utilizados para deduzir o valor do passivo correspondente, caso houver. Do contrário, se a decisão for favorável à Companhia, há possibilidade de resgate dos depósitos.

20. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

(a) Capital social

O capital social é de R\$150.000 e está representado por 5.707.104 ações ordinárias com direito a voto e 4.292.896 ações preferenciais sem direito a voto perfazendo o total de 10.000.000, todas escriturais e sem valor nominal.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações sociais. O número de votos, por acionista, é limitado a 5% do total das ações ordinárias do capital, por determinação estatutária. As ações preferenciais não têm direito a voto e conferem a seus detentores direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de dividendos, além do direito de serem incluídas em oferta pública de alienação de controle.

As ações preferenciais adquirirão o exercício de direito de voto se a Companhia, pelo prazo de três exercícios consecutivos, deixar de pagar os dividendos mínimos a que fizerem jus, direito que conservarão até o pagamento, se tais dividendos não forem cumulativos, ou até que sejam pagos os cumulativos em atraso.

(b) Ajustes de avaliação patrimonial

Refere-se aos ajustes do custo atribuído de itens do imobilizado da Companhia e a equivalência desses ajustes nas controladas, cuja realização ocorre através da depreciação e baixa, com a correspondente transferência para a conta de Lucros Acumulados.

21. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO E RECEITA

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia e suas controladas concluíram que possuem somente um segmento.

22. RECEITA LÍQUIDA

A composição das vendas brutas nos mercados interno e externo é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receita bruta				
Vendas mercado interno	431.745	451.572	704.666	760.417
Vendas mercado externo	12.912	14.928	23.989	32.545
	444.657	466.500	728.655	792.962
Deduções de vendas				
ICMS, PIS e COFINS	(59.064)	(63.033)	(97.803)	(107.704)
Devoluções e abatimentos	(5.786)	(3.626)	(12.227)	(7.924)
	(64.850)	(66.659)	(110.030)	(115.628)
Receita líquida	379.807	399.841	618.625	677.334

23. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Salários, incluindo custo de rescisões	(45.222)	(50.112)	(73.600)	(87.349)
Benefícios	(18.748)	(17.448)	(32.717)	(31.130)
Custos previdenciários e FGTS	(16.806)	(17.854)	(27.392)	(31.298)
Matéria-prima e materiais de consumo	(181.252)	(202.345)	(332.531)	(356.380)
Energia elétrica	(26.902)	(28.125)	(37.710)	(47.031)
Combustíveis	(18.393)	(21.492)	(22.793)	(27.784)
Manutenções/ serviços de terceiros	(10.286)	(11.789)	(16.556)	(23.471)
Depreciações e amortizações (Notas 15,16 e 17)	(11.503)	(13.602)	(17.839)	(20.343)
Comissões	(7.501)	(7.349)	(13.250)	(14.270)
Fretes	(9.956)	(9.940)	(18.162)	(19.422)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8)	(2.441)	(1.195)	(5.348)	(2.321)
Outras despesas	(13.874)	(16.505)	(18.298)	(24.298)
	(362.884)	(397.756)	(616.196)	(685.097)
Classificadas como:				
Custo dos produtos vendidos	(305.991)	(349.740)	(514.936)	(601.200)
Despesas comerciais	(23.900)	(24.398)	(42.188)	(44.836)
Despesas gerais e administrativas	(19.979)	(16.727)	(30.196)	(27.560)
Custo da ociosidade (Nota 24)	(13.014)	(6.891)	(28.876)	(11.501)
	(362.884)	(397.756)	(616.196)	(685.097)

24. OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Outras Receitas				
Venda de energia elétrica	759	99	1.739	133
Receita na venda de imobilizado	8.699	70	8.687	33
Reversão de perdas	3.857	2.877	4.487	3.751
PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS na base de cálculo (nota 10)	-	2.434	-	40.354
Outras receitas	657	295	820	346
	13.972	5.775	15.733	44.617
Outras Despesas				
Provisão para perdas	(107)	(764)	(368)	(1.545)
Custo da ociosidade	(13.014)	(6.891)	(28.876)	(11.501)
Despesas tributárias	(2.176)	(2.155)	(3.448)	(4.441)
Custos na venda de imobilizado	(6.786)	(183)	(6.467)	255
Custo na venda de energia	(402)	(68)	(1.261)	(99)
Indenizações cíveis	(563)	(2.757)	(1.250)	(9.573)
Outras despesas	(717)	(1.085)	(860)	(2.097)
	(23.765)	(13.903)	(42.530)	(29.001)
	(9.793)	(8.128)	(26.797)	15.616

25. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas financeiras				
Descontos ativos	432	508	661	572
Receita de aplicações financeiras	91	93	142	182
Juros recebidos de clientes	889	1.407	1.685	1.888
Receitas financeiras de controladas	48	24	-	-
Atualização de depósitos judiciais e do precatório	203	651	210	658
Atualização do crédito de PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS na base de cálculo (nota 10)	821	4.999	1.906	36.503
Outras receitas financeiras	17	22	46	93
	2.501	7.704	4.650	39.896
 Variações cambiais ativas	 6.728	 4.402	 13.858	 8.018
	9.229	12.106	18.508	47.914
Despesas financeiras				
Despesas financeiras - controladas	(641)	(1.190)	-	-
IOF - Imposto sobre operações financeiras	(515)	(1.585)	(773)	(1.560)
Juros e encargos sobre financiamentos	(16.615)	(31.933)	(21.167)	(42.687)
Juros e mora sobre impostos e Contribuições	(6.823)	-	(12.080)	-
Cessão de recebíveis	(6.442)	(7.133)	(10.165)	(12.548)
Descontos concedidos	(51)	(30)	(72)	(102)
Outras despesas financeiras	(1.978)	(1.816)	(3.027)	(2.536)
	(33.065)	(43.687)	(47.284)	(59.433)
 Variações cambiais passivas	 (9.443)	 (4.735)	 (17.720)	 (8.697)
	(42.508)	(48.422)	(65.004)	(68.130)
	(33.279)	(36.316)	(46.496)	(20.216)

26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

- (a) A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 está descrita a seguir:

	Controladora			
	Imposto de renda		Contribuição social	
	2020	2019	2020	2019
(Prejuízo) / lucro antes do imposto, contribuição social e participações	(40.817)	(15.819)	(40.817)	(15.819)
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social	25%	25%	9%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	10.204	3.955	3.674	1.424
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	(6.504)	(9.682)	(2.342)	(3.486)
Perda por valor recuperável de ativos (impairment)	-	-	-	-
Outros	(272)	(74)	(146)	(26)
IR e CSLL ajustados	3.428	(5.801)	1.186	(2.088)
Incentivo da SUDENE	664	-	-	-
PAT – Programa de Alimentação ao Trabalhador	269	-	-	-
	4.361	(5.801)	1.186	(2.088)
Reversão de crédito tributário não reconhecido contabilmente	(4.628)	4.772	(1.588)	1.383
IR e CSLL efetivos	(267)	(1.029)	(402)	(705)
Parcela corrente	(515)	(772)	(494)	(613)
Parcela diferida	248	(257)	92	(92)

	Consolidado			
	Imposto de renda		Contribuição social	
	2020	2019	2020	2019
Lucro antes do imposto, contribuição social e participações	(45.357)	(4.508)	(45.357)	(4.508)
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social	25%	25%	9%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	11.339	1.127	4.082	406
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva:				
Diferença da taxa de 25% para a taxa incentivada na controlada	(725)	(725)	-	-
Perda por valor recuperável de ativos (impairment)	-	-	-	-
Outros	(303)	(136)	(172)	(55)
IR e CSLL ajustados	10.311	266	3.910	351
Incentivo da SUDENE	664	3.615	-	-
PAT – Programa de Alimentação ao Trabalhador	269	202	-	-
	11.244	4.083	3.910	351
Reversão de crédito tributário não reconhecido contabilmente	(11.416)	(9.714)	(4.301)	(4.097)
IR e CSLL efetivos	(172)	(5.631)	(391)	(3.746)
Parcela corrente	(437)	(5.360)	(494)	(3.645)
Parcela diferida	265	(271)	103	(101)

(b) Os tributos diferidos ativos são compostos conforme apresentado abaixo:

Ativo	Controladora				Consolidado			
	Imposto de renda		Contribuição social		Imposto de renda		Contribuição social	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Base negativa e prejuízos fiscais de anos anteriores	131.304	82.017	122.547	73.282	185.300	122.904	176.793	114.429
Base negativa, prejuízo fiscal (compensado) no ano calendário	27.378	49.287	27.373	49.265	77.338	62.396	66.854	62.364
Diferenças intertemporais	7.729	7.659	7.183	7.108	13.847	13.961	12.716	12.819
Base de cálculo do imposto e contribuição social diferidos	166.411	138.963	157.103	129.655	276.485	199.261	256.363	189.612
Alíquotas (i)	25%	25%	9%	9%	13,5% a 25%	13,5% a 25%	9%	9%
Crédito tributário	41.603	34.741	14.139	11.669	56.463	42.881	23.073	17.065
Crédito tributário não reconhecido contabilmente (ii)	(33.265)	(26.321)	(10.977)	(8.479)	(45.352)	(31.645)	(18.241)	(12.178)
Total de Imposto de renda e contribuição diferidos ativos	8.338	8.420	3.162	3.190	11.111	11.236	4.832	4.887
Total de Imposto de renda e contribuição diferidos passivos	(21.352)	(21.684)	(8.386)	(8.505)	(27.843)	(28.234)	(12.293)	(12.451)
Impostos diferidos passivos	(13.014)	(13.264)	(5.224)	(5.315)	(16.732)	(16.998)	(7.461)	(7.564)

(j) As taxas efetivas de imposto de renda da controlada para Santo Antônio é 13,50% em 2020 e 2019;

(ii) O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que os prejuízos fiscais e base negativa sejam absorvidos por futuros lucros tributáveis e que as diferenças temporárias, sobre as quais são calculados, sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal. O montante do crédito tributário reconhecido está limitado ao valor que se julga provável de realização em até 2026, conforme estudo aprovado pela Administração da Companhia.

Com base nas projeções de geração de resultados tributáveis futuros, a estimativa de recuperação do saldo ativo de imposto de renda e da contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, descontada a valor presente, base negativa e diferenças intertemporais é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
2020	-	563	-	563
2021	224	2.106	224	2.106
2022	544	3.290	1.195	3.290
2023 a 2026	10.732	5.651	14.524	10.164
	11.500	11.610	15.943	16.123

(c) A movimentação dos tributos diferidos passivos é conforme apresentado abaixo:

	Controladora				Consolidado			
	Imposto de Renda		Contribuição Social		Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Saldo no início do exercício	94.495	96.457	94.495	96.457	138.342	140.773	138.342	140.773
Realização do custo atribuído ao imobilizado	(70)	(1.909)	(70)	(1.909)	(552)	(1.835)	(552)	(1.835)
Diferença depreciação contábil x fiscal (Parecer normativo nº 1 de 29/07/2011)	(1.252)	(53)	(1.252)	(53)	(1.206)	(596)	(1.206)	(596)
Base	93.173	94.495	93.173	94.495	136.584	138.342	136.584	138.342
Alíquotas	1,52% a 25%	1,52% a 25%	9%	9%	1,52% a 25%	1,52% a 25%	9%	9%
Saldo impostos passivos diferidos	21.352	21.684	8.386	8.505	27.843	28.234	12.293	12.451

Subvenções governamentais

As unidades, instaladas em Pirapora na área de atuação da SUDENE, gozam de incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro da exploração sobre a capacidade prevista nos projetos de modernização dos empreendimentos, os benefícios gerados são registrados

contabilmente na demonstração do resultado e submetidos à constituição de reserva de lucros.

Os instrumentos legais que permitem a utilização dos incentivos da Companhia e sua controlada:

- Projeto de Modernização total do empreendimento industrial, unidade Caetano Mascarenhas, com vigência a partir do ano calendário de 2018 até o ano calendário de 2027, Laudo Constitutivo do MIT nº 198/2018 e Ato Declaratório Executivo nº 5 da DRFB-MC de 27/03/2019;
- Projeto de Modernização total do empreendimento industrial, unidade Victor Mascarenhas, com vigência a partir do ano calendário de 2018 até o ano calendário de 2027, Laudo Constitutivo do MIT nº 353/2018 e Ato Declaratório Executivo nº 6 da DRFB-MC de 27/03/2019.

A Companhia procede a contabilização da reserva de lucros referente a subvenção para investimento conforme estabelecido pelo Art. 30 da Lei No. 12.973 de 13 de maio de 2014 que determina a utilização da reserva de incentivo fiscal a partir da absorção de prejuízos, desde que anteriormente tenham sido totalmente absorvidas as demais Reservas de Lucros, com exceção da Reserva Legal. Adicionalmente, de acordo com o § 3º da lei mencionada anteriormente, se, no período de apuração, a pessoa jurídica apurar prejuízo contábil ou lucro líquido contábil inferior à parcela decorrente de doações e de subvenções governamentais e, nesse caso, não puder ser constituída como parcela de lucros nos termos do caput, esta deverá ocorrer à medida que forem apurados lucros nos períodos subsequentes.

27. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO

O quadro a seguir estabelece o cálculo de lucros por ação para os exercícios de 2020 e 2019 (em milhares, exceto valores por ação):

	2020			2019		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador						
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(23.676)	(17.810)	(41.486)	(10.017)	(7.536)	(17.553)
Denominador						
Média ponderada do número de ações	5.707	4.293	10.000	5.707	4.293	10.000
Lucro (prejuízo) líquido básico e diluído por ação	<u>(4,15)</u>	<u>(4,15)</u>	<u>(4,15)</u>	<u>(1,76)</u>	<u>(1,76)</u>	<u>(1,76)</u>

Não existem instrumentos financeiros ou instrumentos patrimoniais com potencial dilutivo do número de ações da Companhia.

28. SEGUROS

A Companhia mantém apólices de seguro visando cobrir danos em determinados itens do seu ativo, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.

Em 31 de dezembro de 2020 a cobertura para risco de incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, totaliza na controladora R\$37.693 (consolidado R\$60.000) e em 2019 na controladora R\$35.229 (consolidado R\$60.000). Com relação ao seguro de veículos em caso de sinistro a Companhia receberá de forma integral os valores conforme determinados pela tabela FIPE, totalizando na controladora R\$3.686 (consolidado R\$ 4.476).

29. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA

Durante os exercícios de 2020 e 2019, a Companhia realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Capitalização de juros de empréstimos	123	91	631	593
Aquisição de ativos com leasing	1.072	-	2.149	-

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Fabiano Soares Nogueira – Presidente
Silvio Diniz Ferreira Júnior – Vice-Presidente
Renato Mascarenhas Alves
André Maurício Miranda
Victor Mascarenhas de Freitas Borges
Marcos Mattos de Magalhães Mascarenhas
Adauto Alves Ribas
Ricardo Cançado Dias – até 30/11/2020
Breno Mattos de Magalhães Mascarenhas – até 30/11/2020
Ricardo Mascarenhas Lopes Cançado Diniz – até 30/11/2020
Clarissa Cançado de Lara Resende – até 30/11/2020

DIRETORIA

Marco Antônio Branquinho Junior - Diretor Presidente
Fábio Mascarenhas Alves - Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores
Luiz César Guimarães - Diretor Comercial

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

Paulo César Soares - Gerente de Controladoria - Contador CRC-MG 32.041/O-4
Antônio Pereira Filho - Contador CRC-MG 49.896/O-1